

Dívida pública vai crescer

CORREIO BRAZILIENSE

21 SET 1990

A decisão do Comitê de Política Monetária de manter a taxa básica de juros inalterada pelo terceiro mês consecutivo e a valorização do dólar desde o início do mês vão obrigar o governo a pagar pelo menos R\$ 2 bilhões a mais no financiamento da dívida pública neste ano. Esse cálculo leva em conta o fato de 75,4% do endividamento do governo ser corrigido pelo câmbio (20,3%) e pela variação da taxa básica (55,1%). “Não se pode falar em custo extra. Mas, sim, que a União deixará de economizar esse montante”, diz um técnico do Banco Central.

Os R\$ 2 bilhões podem parecer pouco, se for levado em conta que, apenas entre janeiro e junho deste ano os gastos com juros chegaram a R\$ 40 bilhões. Mas olhando para o Orçamento de 2001, que está sendo analisado pelo Congresso, o gasto adicional — ou a economia frustrada — é significativo. Representa 27% dos investimentos previstos para a Educação e 11% dos desembolsos programados para a Saúde. “Realmen-

te, mesmo com toda a queda dos juros, o custo da dívida pública ainda é muito elevado”, afirma um técnico do Ministério do Planejamento. Segundo ele, o Orçamento prevê despesas de R\$ 45,4 bilhões com juros no ano que vem. É mais do que a promessa de investimentos nas áreas sociais, de R\$ 42,4 bilhões, rubrica que engordou 28,7% em relação a 1999.

Apesar de todo o impacto negativo nas contas públicas, a manutenção dos juros básicos em 16,5% foi endossada, por unanimidade, pelos analistas financeiros. Segundo o diretor de Risco de Mercado do Banco Boavista, Carlos Guzzo, o conservadorismo do Copom mostra que o governo está preocupado em não abrir espaço para a especulação, devido ao nervosismo causado pelo preço do petróleo. “Nesse momento tão turbulento, o Copom não podia se arriscar. Se baixasse a taxa básica de juros, criaria muita confusão na cabeça dos operadores de mercado”, ressalta.

Felipe Ohana, professor da

Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi além. “A questão do petróleo fugiu ao controle. A incerteza se instalou no país. Então, o Copom não pode cometer nenhum vacilo na definição dos juros. O melhor foi optar pela estabilidade da taxa, que, na minha opinião, deverá se manter até o fim do ano”, assinala. Segundo Carlos Camacho, sócio-diretor da Investidor Profissional, os juros em 16,5% ao ano vão contribuir para que o governo mantenha a inflação deste ano pouco acima da meta de 6% prevista no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A previsão é de que o IPCA feche 2000 entre 6,3% e 6,5%.

Para 2001, no entanto, a possibilidade de o Brasil conseguir cumprir a meta de 4% ficará mais difícil. Muito provavelmente, na virada do ano será dado aumento para os combustíveis em torno de 10%, pelas projeções do mercado. Apesar dessa clara dificuldade, o diretor de Política Monetária do BC, Luiz Fernando Figueiredo, diz que o governo “nunca pensou, não pensa e nem pensará em mudar” a meta de inflação para o ano que vem. Mas como tantas vezes o governo deixou de cumprir suas promessas, fica quase impossível acreditar que desta vez será diferente. (VN)

“A QUESTÃO DO PETRÓLEO FUGIU AO CONTROLE. O COPOM NÃO PODE COMETER NENHUM VACILO NA DEFINIÇÃO DOS JUROS”

FELIPE OHANA

Professor da Fundação Getúlio Vargas